

O COMPLEXO JARI CELULOSE COMO PRÓTESE TECNOLÓGICA NO ESPAÇO PARAENSE E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI (AP)

**Giselly Marília Thalez¹
Magdiel Eliton Ayres do Couto²**

Resumo

As diferentes formas de surgimento e formação das cidades na Amazônia nos levam a inúmeros caminhos de análise, tendo em vista que esta é uma região que precisa ser vista como heterogênea em função de todas as diversidades que apresenta. Essas diferenças remete-nos o caso do Município Laranjal do Jari (AP), que historicamente surgiu do Complexo Industrial Jari Celulose, o qual encontra-se implantado no Estado do Pará, mas precisamente no início dos anos 1970. A área ocupada hoje pela cidade de Laranjal do Jari, que fica a margem esquerda do Rio Jari, foi povoada por uma intensa corrente migratória, que ali se alojou de forma desordenada na busca de melhores condições de vida, surgindo uma cidade construída espontaneamente. Diferentemente do que ocorreu com o lado paraense, que possui a cidade de Monte Dourado, uma cidade planejada. O objetivo deste trabalho é analisar as implicações deste Complexo para a formação do Município de Laranjal do Jari, criando expectativas em torno deste Município, que passa por um processo de reestruturação de suas bases jurídicas e territoriais, seja na organização espacial, social ou econômica.

Palavras-chave: Cidades, Prótese Tecnológica, Amazônia, Ocupação Desordenada.

Abstract

The different ways of growing and formation of the cities in Amazonas lead us to all kind of different analyses, cause we must think that this is a place which shows itself as an heterogen region such as all diversities it belongs. Such differences we can meet in Laranjal do Jarí county. It has been settled from the Jarí Celulose Industrial Complex, which has been settled in the beginning of 1970. The local área in which the city of Laranjal do Jarí is settled, on the left edge of the river Jarí, has been occupied by an ittense flowing of people. These people were settled

¹ Acadêmica do 7º semestre do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP; Bolsista da Iniciação Científica no Projeto Percepções do Amapá – PIBIC/Cnpq/Unifap-2007. Email: gise_thalez@hotmail.com.

² Geógrafo, Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Percepções do Amapá - GPPA. Email: magdiel_ayres@yahoo.com.br

there in order to get better conditions of life, what made to come out a city built spontaneously. On the edge of Pará, things happened on the other way. There is located the city of Monte Dourado, a company town. The object of this text is to analyse the consequences of this Industrial Complex in order to make up Laranjal do Jarí district, the expectations created on this district which has been living in a legal and territorial bases reestruaturation process, whether in its spacial organization or social and economic ones.

Key words: Cities, Prosthesis Technology, Amazon, Occupancy.

Formação Territorial

Nos séculos XVI e XVII a área que compreende a Amazônia Brasileira foi disputada por portugueses e espanhóis, e ainda contou com a cobiça dos ingleses, franceses e holandeses. Neste espaço encontramos o Estado do Amapá que é tido como uma das primeiras fronteiras de ocupação da Amazônia, de acordo com PORTO (2007, p. 1) “o domínio da margem esquerda da foz do Rio Amazonas historicamente trouxe inúmeros interesses externos, tanto pelos seus produtos exóticos, minerais, alimentícios, ou pelo acesso ao continente Sul Americano”.

No entanto, apenas no século XX, mas precisamente a partir de 1900 é que a soberania sobre o Amapá foi reconhecida. Em 1945 temos a separação do Estado do Pará com a criação do Território Federal do Amapá, e em 1988 visualiza-se a transformação de território para Estado. Durante todo o século XX o Amapá presenciou uma série de transformações nas estruturas territoriais, econômicas e sociais; o território foi então marcado por uma dinâmica de fenômenos históricos, geográficos, culturais, sociais e políticos.

No decorrer dessas mudanças percebeu-se que a sua estrutura espacial foi sendo aos poucos modificada, assim como inúmeros outros espaços da Amazônia, essa mudança na configuração territorial foi expressa no nascimento de assentamentos, vilas e cidades, sejam elas planejadas ou espontâneas, e cada uma sendo formada com características e dinâmicas espaciais diferentes.

A Influência do Regime Militar e os Tipos de Fronteira na Criação do Complexo Jari celulose

Durante o Regime Militar houve uma fiel preocupação com a segurança do Território Nacional, planos foram montados e estratégias foram aplicadas no intuito de proteger principalmente a área da Amazônia. Outro motivo era o desenvolvimento econômico do país frente as grandes disparidades entre as regiões. Nessa seqüência tivemos a

implantação de alguns programas de defesa nacional, seja ocupando a área com grandes projetos ou incentivando a migração para áreas pouco povoadas da imensa Amazônia. Monbeig (1985, p. 39) se reporta ao fato da seguinte maneira:

Desde a Revolução, o governo de Brasília, inspirando-se em teorias geopolíticas e interessado na “segurança nacional”, aplicou na Amazônia uma política voluntarista, com a finalidade de assegurar sua integração a nação e de colocá-la a serviço do crescimento econômico [...].

Em decorrência dessas políticas tivemos um crescimento e aparecimento de inúmeros assentamentos, vilas e cidades, algumas planejadas e outras ocupadas aleatoriamente sem nenhum tipo de (re) organização, como conhecimentos geográficos, mobilidade ou infraestrutura.

É necessário que fique claro que o regime militar foi sem dúvida um dos grandes pioneiros para a abertura internacional na história de nosso país, pois nesse momento houve toda uma receptividade para o capital estrangeiro, para isso se utilizou da promoção de incentivos fiscais, estabilidade política forçada e transferência de lucros liberais. O país foi aberto literalmente para os investimentos privados do exterior e ainda contou com o “bom e velho amigo internacional” para liberar empréstimos no intuito de desenvolver o Brasil. Entretanto, esse “desenvolvimento” não se deu de forma homogênea na Amazônia, tendo em vista toda a diversificação dos programas aplicados nesta região, Browder e Godfrey (2006, p. 91) comentam sobre a heterogeneidade desse processo:

Apesar do seu papel central em guiar o processo de desenvolvimento durante o período do regime militar, o governo brasileiro não tem atuado sempre como uma força homogênea na Amazônia, especialmente depois da abertura política dos anos 80. A presença governamental freqüentemente se mostrou fragmentada por diferentes agências, que operaram nos diversos níveis nacional, estadual e local [...]

De acordo com Browder e Godfrey através dos motivos acima mencionados, colocam que o regime militar promoveu diversas formas de expansão e urbanização, dentre as quais podemos destacar a fronteira populista e a fronteira corporativa. A primeira caracteriza-se pela colonização de pequenos agricultores, garimpeiros independentes, pequenos comerciantes, dentre outros colaboradores com várias formas de atividades de trabalho intensivo. Em contrapartida, teremos uma fronteira corporativa, onde vamos encontrar sua frente de expansão

promovida pelo corporativismo, sua organização do espaço nesse momento é guiada por empresas capitalistas, tanto com empresas estatais ou com empresas privadas multinacionais. Contudo, os autores expõem que não se pode subdividir simplesmente a Amazônia em espaços sociais excludentes, fica claro que:

[...] Ainda assim, é importante destacar que não se pode subdividir facilmente a Amazônia em espaços sociais mutuamente exclusivos, cada um orientada a um ou outro tipo de fronteira. Ao contrário, a região é uma concentração e uma mistura de modelos sociais populistas e corporativistas, o que dá a fronteira sua heterogeneidade, sua fluidez e sua natureza mosaica. (BROWDER e GODFREY, 2006, p. 92).

Como exposto acima a organização espacial nesta tipologia é determinada por ser dominada por empresas capitalistas, independente de serem empresas privadas multinacionais ou empresas estatais, pois ambas possuem uma única direção, a de fazer com que o capital se movimente e a economia seja fomentada, dando assim um suporte aos grandes empresários. Estas podem dedicar-se a vários setores como a extração de recursos naturais, agropecuária empresarial, projetos florestais, agronegócio em geral, mineração em grande escala e projetos hidroelétricos. Sua justificativa para tal expansão encontra-se no argumento político desenvolvimentista.

Dentro dessa perspectiva podemos dizer que o Complexo Jari Celulose nasceu a partir desta fronteira corporativa, tendo em vista que essa prótese tecnológica implantada no espaço paraense é oriunda de capital estrangeiro e se dedica a extração de recursos naturais. Segundo Browder e Godfrey (2006, p. 58):

[...] No Brasil, Jari, Tucuruí e Carajás são exemplos desse fenômeno da “fronteira corporativa”. Porém, em praticamente todas as cidades da floresta amazônica, existem também enclaves dormitórios protegidos pelo capital empresarial [...] Em outras palavras, a penetração do capital na fronteira não é sempre o resultado da transição gradual de relações camponesas de produção para relações proletária de produção. A urbanização, muitas vezes, começa com o artefato do capital.

Com isso entendemos que de acordo com Browder e Godfrey a fronteira corporativa tinha maior ênfase neste espaço. Entretanto, não podemos deixar de destacar que apesar do tipo de fronteira dominante ser corporativa também tivemos uma expansão de natureza populista, tendo em vista as migrações espontâneas que

ocorreram para a margem esquerda do Rio Jari, onde uma camada diversificada de pessoas se abrigaram ali no entorno desta empresa.

O Complexo Jari Celulose como Prótese Tecnológica

De acordo com PORTO próteses seriam “os atos elaborados externamente e implantados localmente os quais impõem novos ritmos ao meio primitivo”. É importante salientar que essas próteses transformam e reconfiguram um espaço já existente. Dentro destas podemos encontrar vários tipos como: jurídicas, institucionais, tecnológicas, Infra-estrutural, administrativas, trabalhistas, educacionais. O quadro abaixo mostra alguns modelos de próteses instaladas no espaço.

Próteses	Manifestações
Jurídicas	Normas que: criam, regulam e regulamentam uma sociedade; configuram suas dinâmicas econômicas, políticas e administrativas; delimitam espaços (Municípios, Estados, Territórios Federais; Unidades de Conservação; Reservas Indígenas), (re)criando territórios.
Institucionais	Instituições que garantem a criação e manifestação das próteses jurídicas, ajustando-as pela sua revisão, atualização, modernização ou revogação.
Tecnológicas	Técnicas e Tecnologias que impõem novos ritmos a sociedade primitiva, acelerando o tempo (de lento para rápido) de dinamismo dessa sociedade.
Infra-estrutural	Sistemas de Engenharia (porto, rodovia, ferrovia, aerovia) construídos afim de garantir a intensidade da mobilidade do capital sobre o espaço geográfico. Sua construção implica em antecipação espacial.
Administrativas	Modelos de Administração (econômico, territorial) impostos pelas próteses tecnológicas e institucionais.
Trabalhistas	Ocorrência de novos ritmos impostos pela maquinização, tecnificação, divisão do trabalho e flexibilização.
Educacionais	Modelos de visão de mundo que obrigam a periferia conhecer e reproduzir os conhecimentos, valores e ritmos do centro.

Fonte: PORTO (2007, p. 2)

Entretanto, nos deteremos a analisar o Complexo Jari Celulose como Prótese Tecnológica.

No ano de 1967 foi fechada a negociação de compra e venda da Jari entre Daniel Keith Ludwig e os portugueses que ali ocupavam. Esse acordo foi realizado através do capital transnacional e com os subsídios fornecidos pelo Estado, com isso é implantada na fronteira do Pará com o Sul do Amapá, nas proximidades do Rio Jari o **Complexo Jari Celulose**. A intenção era criar um pólo industrial em plena Amazônia, para isso Ludwig investiu maciçamente na consolidação de seus negócios implantando sistemas de engenharia³ e próteses, essas por sua vez, fariam com que o capital se manifestasse e criasse movimento. Dessa forma foram trazidas para a Amazônia técnicas e tecnologias que seriam utilizadas na exploração de produtos naturais.

Em 1978, foram transportadas do Japão para a região Amazônica uma termelétrica e uma unidade produtora de celulose, estas foram construídas sobre plataformas flutuantes e viajaram três meses pelos Oceanos Índico e Pacífico até a região amazônica. De acordo com entrevista especial da Revista Época Negócios:

No Jari Ludwig abriu estradas, construiu portos, cultivou arroz e criou búfalos. Também substituiu áreas de mata nativa pelo plantio da *Gmelina arbórea*, ou melina, uma espécie asiática trazida para a Amazônia para alimentar a fábrica de Celulose.

Juntamente com esse projeto também foi construída em 1977 uma cidade planejada (*company town*) para atender confortavelmente as necessidades desse grande projeto, a cidade de Monte Dourado. De acordo com LINS (2001, p. 152) foram construídas 1.000 casas destinadas a funcionários para o funcionamento das operações industriais.

LINS (2001, p. 158) acrescenta alguns relatos sobre a cidade de Monte Dourado:

Esta cidade, que na época deveria ter 3 mil habitantes, era a sede dos projetos e deveria alcançar no ano de 1990 uma população de aproximadamente 30 mil habitantes. Para comportar toda a infra-estrutura necessária, seriam necessários aproximadamente 1.200 hectares. Esta área já era efetivamente ocupada com residências, comércio,

³ Os sistemas de engenharia aqui trabalhados serão entendidos como “um conjunto de instrumentos de trabalho agregados à natureza e de outros instrumentos de trabalho que se localizam sobre estes, uma ordem criada para e pelo trabalho” (SANTOS, 1997, p. 79)

escolas, hospital, supermercado, igrejas, estação de tratamento d'água, estação de recuperação ou tratamento de rejeito, áreas de lazer, recreação, clubes, etc.)

O esforço de Ludwig em manter a empresa funcionando foi intenso, porém o retorno não foi o esperado, e então em 1982 o empresário desiste do Projeto e o controle é repassado para um grupo de empresários da Empresa Caemi.

Em 2000 o empresário Sérgio Amoroso assume o controle do Complexo Jari e suas dívidas. O Grupo ORSA – Organização Sergio Amoroso trabalha intensamente na tentativa de reerguer o Projeto que se iniciou com Ludwig.

As Implicações no Entorno: o município de Laranjal do Jari

A criação desse grande projeto no lado paraense trouxe algumas implicações negativas para o Estado do Amapá, a maior delas pode ser colocada como a ocupação aleatória da margem esquerda do Rio Jari, esta área passou por um processo de recebimento de uma corrente migratória, onde o principal motivo do fluxo era a busca por melhores condições de vida.

A consequência desse intenso fluxo migratório foi uma ocupação desordenada do espaço que se situa além das “cercas” da cidade planejada de Monte Dourado, com isso, tem-se uma população heterogênea, vindo de diversos lugares e por diversos motivos, se alocando em áreas de risco sem as mínimas condições necessárias de salubridade, como habitação, saúde e saneamento, estando assim muito longe da realidade planejada da cidade de Monte Dourado. Assim como coloca Browder e Godfrey (2006, p. 58):

[...] Cidades da floresta planejadas pelo Estado são construídas quase que instantaneamente para abrigar, confortavelmente, os trabalhadores de algum grande projeto de desenvolvimento, as vezes co-financiado pelo capital transnacional. Em pouco tempo aparece uma multidão heterogênea de favelas temporárias, no lado de fora das cercas de segurança, para abrigar precariamente os trabalhadores temporários que convergem para a região na esperança de conseguir trabalho [...]

Essa região no Sul do Amapá ficou conhecida pelo pseudônimo de Beiradão, famosa por apresentar na década de 1970 atividades ilícitas, como a prostituição. Posteriormente, em 17 de dezembro de 1987 o Beiradão deu lugar ao Município de Laranjal do Jari, que apesar da mudança de nome pouco se diferenciou em aspectos

sociais. Hoje é o terceiro município do Amapá e apresenta a maior área territorial do Estado, com 31.170 km². É considerada uma cidade, pois segundo critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, qualquer comunidade urbana caracterizada como sede de município ou distrito pode ser considerada uma cidade, independente do seu número de habitantes.

Apenas dois minutos é o tempo que se leva para atravessar do município Laranjal do Jari para a cidade de Monte Dourado. Tempo este que divide realidades tão opostas e tão gritantes. Do lado paraense, a margem direita do Rio Jarí, temos a tão bem planejada, organizada e confortável cidade de Monte Dourado, uma *company town* construída para abrigar os “sortudos” funcionários do Complexo Jari Celulose, com todo um aparato infra-estrutural baseado nos modelos americanos. Já na margem esquerda temos a cidade de Laranjal do Jari, construída desordenadamente por correntes migratórias que chegaram ali após a década de 1970, ou por aquela mão de obra temporária que trabalhou na construção da empresa e após o término desta caíram no desemprego, e nas proximidades da cidade planejada construíram palafitas e continuaram as vidas por ali mesmo.

Apenas dois minutos dividem pólos opostos, com processos de urbanização diferentes, cidades da floresta, historicamente ligadas, mas com processos migratórios extremamente distintos. Browder e Godfrey (2006, p. 106) explanam sobre essa diversificação na formação de cidades na Amazônia,

Observamos que a tendência atual de crescimento da população urbana tem sido constante em toda a região Amazônia, variando apenas em termos de taxa de crescimento. Porém o processo pelo qual a população da fronteira tornou-se urbanizada não é regionalmente uniforme, mas diferencia-se de acordo com os tipos distintos de espaços sociais que surgiram na Amazônia. Da mesma forma a localização de assentamentos individuais e a evolução dos sistemas de assentamentos refletem padrões distintos de um lugar para outro que não podem ser entendidos sem considerarmos a história institucional de cada espaço na frente de expansão.

Do exposto acima percebemos que as diferenças entre estas duas cidades são frutos de todo um processo histórico estabelecido neste espaço, com isso vale dizer que o município de Laranjal está historicamente ligado a instalação do Complexo Jari Celulose.

População em Laranjal do Jari

O município de Laranjal do Jari sofreu um forte processo de migração, durante as décadas de 1970 e 1980 em que a população aumentou consideravelmente. Este é o terceiro município em número de habitantes do estado, ficando atrás de Santana e da capital Macapá. Atualmente, a cidade conta com um número de habitantes de 35.872, de acordo com a previsão feita em 2005 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Um dos maiores agravantes nesse processo do aumento populacional é o fato do município não ter acompanhado um desenvolvimento que pudesse suprir as necessidades desta população, ficando carente de políticas públicas e serviços básicos como mobilidade urbana, habitabilidade e infra-estrutura. Com esses agravantes o município ficou conhecido como a maior “favela fluvial” da Amazônia, por abrigar inúmeras palafitas construídas sobre a várzea, também conhecida por “parte baixa”, área esta que foi ocupada desordenadamente em função de fatores acima citados.

Recentemente houve uma expansão migratória para novos bairros, estes localizam-se na “parte alta”, tendo aí uma ocupação supostamente “planejada”. Esta área foi organizada principalmente para atender famílias que sofreram com os sinistros que ocorreram na “parte baixa” (os incêndios em 1996 e 2006, e as enchentes em 2000 e 2006). Acontecimentos como estes que já eram previsíveis, tendo em vista que a área da várzea (parte baixa) é considerada área de risco, este foi um dos principais motivos que levaram as autoridades a buscar uma forma de organizar um novo espaço que pudesse atender a demanda dessa população desabrigada em função dos ocorridos.

A ausência de políticas públicas concretas no município de Laranjal do Jari é visivelmente reconhecida em sua paisagem urbanística, seja pelas palafitas construídas aleatoriamente sem nenhum tipo de segurança na “parte baixa”, ou pela, má organização da “parte alta” desprovida totalmente de infra-estrutura. CÉLIS (2007, p.4) comenta sobre a área de várzea que foi ocupada aleatoriamente:

[...] Esta área apresenta uma agressão aos aspectos urbanísticos, existindo um amontoado de tabuas velhas que servem de paredes as casas que não apresentam boas condições de moradias, sem estruturas de banheiros, fossas a céu aberto, compartimentos sem divisórias, telhados com coberturas de amiantos [...]

Perspectivas do Município

Inúmeras são as tentativas de busca por modificações no Município, porém sabemos que também são grandes os números de políticas paliativas que se encontram em Laranjal do Jari, um município

arrasado não somente pelos sinistros, mas também pela falta de compromisso dos gestores.

A Empresa Jarí teoricamente destina 1% de sua produção para investimento em políticas públicas e ações sociais, porém percebe-se um descontentamento da população em relação a esse investimento. De acordo com a Revista Época Negócios (2007, p.59), a Fundação Orsa desenvolve atividades de promoção do empreendedorismo e geração de renda em áreas urbanas e rurais; a mesma também diz que a empresa desenvolve projetos de agricultura em áreas degradadas. Entretanto, a revista em questão não cita “onde” são realizadas essas benfeitorias. Em 2005 a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP juntamente com a Prefeitura de Laranjal do Jarí – PMLJ, iniciou trabalhos para a construção do Plano Diretor desta cidade. Foram dois anos de trabalho intenso, com a participação popular, pois é exigência do Ministério das Cidades que o Plano Diretor deve ser Participativo, assim foram realizados mais de 20 eventos buscando fazer uma melhor leitura da cidade e das necessidades do município em geral.

Atualmente o Plano Diretor do Município foi aprovado em audiência pública, posteriormente foi enviado a Câmara dos Vereadores para avaliação, onde o mesmo também foi aprovado. É necessário frisar que o Plano Diretor Participativo precisa ser aplicado, e que não pode ser engavetado, os gestores precisam dar continuidade ao trabalho que foi iniciado na tentativa de solucionar problemas no Município.

Considerações Finais

A construção de uma Prótese Tecnológica modifica toda uma estrutura existente no espaço, podemos perceber que no caso da Jarí Celulose na região do Pará, trouxe várias mudanças, uma das mais fortes foi a formação de uma cidade a partir de um movimento migratório desordenado. Processo diferente ocorreu com a cidade de Monte Dourado no Pará, tendo em vista que a mesma é uma cidade planejada.

Compreende-se, portanto as diferenças de ocupação em duas cidades da Amazônia, com o seu objetivo mais importante voltado para as implicações que o espaço ocupado pelo Município de Laranjal do Jarí sofreu como a ocupação desordenada, influenciada pelo Complexo Jarí Celulose.

Como exposto no trabalho, a fronteira corporativa possui essa característica de implantação de grandes projetos, que na maioria das vezes são oriundos de capital transnacional e subsidiados pelo Estado. E a principal consequência desse processo é o surgimento de áreas ocupadas desordenadamente, formando assim cidades espontâneas com inúmeros problemas urbanos, sociais e infra-estruturais. Após 20 anos de sua fundação ainda é gritante a falta de planejamento, seja urbano, social ou até mesmo político.

É necessário que se visualize todo esse processo na tentativa de esclarecer e buscar soluções para os inúmeros problemas que foram frutos deste “casamento frustrado” entre os impactos causados pela chegada da fronteira corporativa e dos excluídos desse processo.

Referências Bibliográficas

BECKER, Berta K. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. In. ANDRADE, Manuel

CORREIA. **Formação Territorial do Brasil**. Rio de Janeiro, Hucitec, 1995.

BROWDER, John O. GODFREY, Brian. **Cidades da Floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. 1ª ed. Manaus: EDUA – Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

CELIS, Regina. **Ocupação Urbana do Sul do Amapá**. In. Seminário Regional da SBPC. Macapá-AP: UNIFAP, Março de 2007.

LINS, Cristóvão. **Jari: 70 anos de história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.

MONBEIG, Pierre. O Brasil. In. **A Conquista da Terra**. 6ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.

PORTO, Jadson Luis Rebelo; COUTO, Magdiel Eliton Ayres do; BARROZO, Joelson; SANTOS, Maxwell Santos dos; THALEZ, Giselly Marília. **Do Território Federal a Estado: Condicionantes para a Execução de Ajustes Espaciais no Amapá**. In. Seminário trinta e cinco

anos de colonização da Amazônia. Porto Velho: UNIR, 26 a 28 de abril de 2007.

ROSENBERG, Cynthia. **O Desafio de Salvar o Jarí**. Revista Época Negócios. Edição junho de 2007. p. 54-72.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. In. **A Constituição do meio técnico-científico-informacional e a renovação da materialidade no território**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.